

VI Seminário Internacional

políticas culturais

26 a 29 de maio de 2015

Rio de Janeiro

edição

Fundação Casa de Rui Barbosa

ISBN 978-85-7004-332-0

organizadores

Lia Calabre

Mauricio Siqueira

Deborah Rebello Lima

Adélia Zimbrão

realização

**Itaú
cultural**

 **BSERVATÓRIO**
Itaú Cultural

FUNDAÇÃO  **Casa de Rui Barbosa**
MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA




Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores:

Lia Calabre
Mauricio Siqueira
Adélia Zimbrão
Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
De 26 a 29 de maio de 2015
Edições: Fundação Casa de Rui Barbosa



Seminário Internacional Políticas Culturais (6. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de
2015, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação
Casa de Rui Barbosa, 2015.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://wwwhttp://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-332-0

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,
Adélia, org. IV. Deborah Rebello Lima, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



26 a 29 de maio de 2015

REFLETINDO SOBRE O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS PARA POVOS INDÍGENAS

Renata Curcio Valente¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão a respeito das práticas e discursos adotados pelo Estado brasileiro a partir dos anos 90 nas políticas culturais para povos indígenas, tomando como ponto de partida as medidas que vêm sendo adotadas pelo Museu do Índio e pelo Ministério da Cultura nos anos 1990-2000. O conceito de campo, desenvolvido por Pierre Bourdieu, e as diferentes noções para “cultura” são centrais para este trabalho. Nele, pretende-se desenvolver, inicialmente, uma apresentação do Museu do Índio e abordar as recentes mudanças em sua forma de atuação; em seguida, iremos abordar as atuais ações desenvolvidas nos últimos anos definidas como “política cultural para povos indígenas”, incluindo ações do Ministério da Cultura; por fim, foi elaborada uma análise do Programa de Apoio a Projetos Culturais, desenvolvido pelo Museu do Índio desde 2010.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia, administração pública, políticas culturais, povos indígenas.

Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão a respeito das práticas e discursos adotados pelo Estado brasileiro a partir dos anos 90 nas políticas culturais em relação aos povos indígenas, tomando como ponto de partida as medidas que vêm sendo adotadas pelo Museu do Índio e pelo Ministério da Cultura nos anos 1990-2000.

Esta proposta segue uma linha de reflexão iniciada durante o doutorado, de análise antropológica das políticas públicas. Na ocasião, sob orientação de Antonio Carlos de Souza Lima, analisei o campo das políticas de “cooperação internacional” e do indigenismo nos anos 1990-2000 e desenvolvi uma etnografia sobre uma agência de cooperação alemã, quando esta atuava em programas junto à administração pública brasileira, em políticas para povos indígenas (VALENTE, 2010). Procurei investigar as suas redes de relações em um determinado campo de poder, em que mecanismos de poder estatais atuam na construção de saberes e na produção de discursos, como argumenta Michel Foucault (FOUCAULT, 1999).

Esta abordagem de pesquisa foi inspirada, entre outros, pelo denso trabalho desenvolvido por Lima (LIMA, 1995) em que ele entende a política indigenista como um

¹ A autora é economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu do Índio/UFRJ. É chefe de Estudos e Pesquisas no Museu do Índio/Funai e pesquisadora associada ao LACED/PPGAS.



26 a 29 de maio de 2015

campo fértil para a análise dos poderes de Estado no Brasil e considera os estudos da administração pública como parte dos processos de formação do Estado no país. Assim, concebendo o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) como instituição importante para compreensão das relações entre povos indígenas e Estado, toma-o como um “caso etnográfico” específico para a análise da sociogênese do Estado brasileiro (LIMA, 2002, p.15).

Outra importante contribuição refere-se ao conceito de Pierre Bourdieu para “campo”, fundamental para compreendermos as dinâmicas dos agentes sociais e os conceitos em disputa no campo das políticas culturais na análise aqui desenvolvida. Para Bourdieu, não podemos compreender o espaço social senão pelo modo de pensar relacional, situando cada agente em suas relações objetivas com todos os outros, sendo este contexto marcado por relações de força, de lutas que têm por objetivo conservá-las ou transformá-las (BOURDIEU, 2011, p.61).

Estimulada por um espírito de auto-crítica, a partir da experiência no trabalho diretamente com políticas culturais para povos indígenas, o presente trabalho reflete uma análise de quem está atuando neste campo, dentro de uma instituição de Estado. Trabalho há sete anos no Museu do Índio na área de divulgação científica, desenvolvendo, junto a uma equipe, a formulação, execução e análise de um programa de fomento a projetos culturais dos povos indígenas desde o início de 2010, quando ele foi criado, além de acompanhar outras ações desenvolvidas em parceria com o Ministério da Cultura. As ponderações feitas aqui, no entanto, não refletem nem pretendem ser uma opinião oficial da instituição. O objetivo não é de explicar o que fazemos, como em um relatório de gestão, mas compartilhar as dúvidas e discutir os limites do trabalho na área de políticas culturais governamentais para povos indígenas. Pretende-se contribuir, assim, para a produção de informações que subsidiem o acompanhamento e a avaliação destas políticas pelos segmentos sociais implicados ou diretamente afetados. Esperamos com isso, seguindo a sugestão proposta por Lia Calabre (CALABRE, 2011), garantir uma maior democratização das políticas para povos indígenas, considerando que a divulgação de informações é falha e a participação das comunidades indígenas nas discussões sobre as políticas é ainda precária². Entendemos que seja

² O Ministério da Cultura, durante a gestão do Ministro Gilberto Gil, criou os Colegiados Setoriais para o acompanhamento e discussão do Plano Nacional de Cultura (PNC); foi criado, assim, o Colegiado Setorial Indígena em 2010, com representação equitativa entre governo e indígenas, um de cada região brasileira, para discutir e acompanhar pontos para elaboração do Plano Setorial das Culturas Indígenas, que comporia o Plano Nacional de Cultura. No caso da FUNAI, a ideia de controle social pelos povos indígenas sobre a política indigenista é bastante recente, com a criação dos Comitês Regionais criados em final de 2009 (Decreto nº 7.056), para fortalecer a política indigenista com o aumento da participação das comunidades indígenas nas decisões que as afetam, garantindo-lhes maior transparência. Os Comitês Indígenas teriam o papel de articular



26 a 29 de maio de 2015

fundamental ampliar a discussão a respeito da participação política de povos indígenas, tendo em vista, entre outros, o direito a consulta prévia, estabelecido na regulamentação da OIT 169.³

A discussão a respeito desses temas se justifica diante da crescente autonomia política, da ampliação da articulação política e da crítica a respeito das políticas públicas adotadas e às ações do Estado brasileiro direcionadas dos povos indígenas. Pretendemos com esta análise contribuir para a maior visibilidade das práticas e dos processos adotados pelo Estado brasileiro, e, portanto, para a democratização da informação sobre estes projetos. Neste aspecto, o papel da Funai é preponderante em função da atuação direta nas terras indígenas, ora colaborando para dar acesso sobre informações governamentais, ora restringindo-o, em práticas tradicionais já ultrapassadas.

A análise das políticas culturais para povos indígenas nos coloca o desafio de questionar o que poderia se definir como uma perspectiva “colonial” do Estado brasileiro na definição de suas políticas culturais. Como argumenta Lima (LIMA, 2002,p.13), ainda que o Brasil não integre os estudos sobre o mundo colonial, “podemos pensar hipoteticamente as ações do Estado sobre os povos indígenas como parte de um movimento de colonização, como colonialismo, retomando a ideia de George Balandier”.⁴

Para Bourdieu, um dos poderes principais do Estado é o de produzir e impor categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo e ao próprio Estado. Para ele, é no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado (BOURDIEU, 2011, p.91). Bourdieu argumenta que o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática (através, por exemplo, dos formulários). Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado

indígenas e servidores da Funai no planejamento das ações da coordenação, acompanhando sua execução e avaliando os resultados da política indigenista. Outro espaço de representatividade indígena se dá com a instituição da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em 2007. A CNPI é presidida pela Fundação Nacional do Índio e é composta por vinte representantes indígenas, dois representantes de ONGs indigenistas e treze membros de órgãos governamentais, além de convidados permanentes, dentre os quais o Ministério Público Federal.

³ O principal desafio no campo dos direitos indígenas consiste na aplicação da Convenção 169 da OIT, e não no seu reconhecimento jurídico, o que permitiria aos povos indígenas pressionar os governos a implementar seus direitos. O direito de consulta prévia, estabelecido na convenção, constitui inovação para a legislação brasileira e representa uma oportunidade para a construção conjunta de novas regras de entendimento entre povos indígenas e tribais e o Estado. Em: www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil/a-convencao-169-da-oit.

⁴ Balandier considera o fenômeno colonial como uma “situação histórica” e, ao analisá-lo, introduz uma realidade fundamental para pensar processos de mudança social, que é o poder.



26 a 29 de maio de 2015

instaura formas e categorias de percepção e molda as estruturas mentais, impondo princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensar e de classificar (BOURDIEU, 2011, p.105).

Em suas ações governamentais, o Estado dirige as demandas indígenas, fazendo com que elas tenham que se adaptar e se enquadrar à lógica e ao discurso do Estado, utilizando-se de seu léxico, de suas categorias de pensamento. No plano das políticas culturais, isso se passa a partir do que se entende pelo Estado por “cultural” e “artístico” para os povos indígenas, o que se distingue do que os próprios povos indígenas entendem para si mesmos. Assim, o Estado dirige e organiza a distribuição de recursos por meio de projetos e de editais, com base neste arcabouço conceitual definido pelo Estado (RUBIM, 2012, 16).⁵

O presente trabalho visa, portanto, contribuir para uma reflexão sobre as ações de Estado e para a democratização da noção de “cultura”, considerando a diversidade de povos indígenas existente no Brasil e a necessidade de ampliar o acesso, por estes grupos, a políticas culturais mais adequadas a eles, o que pode ser feito por meio do crescente debate e participação dos povos indígenas. Para tanto, iremos inicialmente apresentar o Museu do Índio e as recentes mudanças em sua forma de atuação no que se refere às políticas culturais para povos indígenas.

Observando a partir de uma Agência de Governo: o Museu do Índio

Nos últimos dez anos, temos observado no Brasil uma mudança significativa em relação às políticas públicas para povos indígenas, especialmente no que se refere à área de patrimônio cultural.

No período que vai dos anos 1980 aos 2000, ainda que as garantias dos direitos indígenas tivessem definidas no plano jurídico com a Constituição de 1988, observava-se uma resistência, na prática, ao reconhecimento dos direitos territoriais e de diversidade cultural. Era ainda necessário um esforço significativo, tanto por parte dos movimentos indígenas como por parte de profissionais do campo acadêmico, especialmente na antropologia social, para o reconhecimento de direitos dos povos indígenas. Por muitos anos, a luta pela regulamentação territorial foi o paradigma a partir do qual se estruturavam as ações de governo para povos indígenas, mobilizando recursos orçamentários e ações governamentais, envolvendo a ação de organizações não-governamentais e de organizações e organismos

⁵ Rubim desenvolveu uma análise sobre o surgimento e sobre as transformações ao longo do tempo da definição de “política cultural”, mostrando que a visão a respeito de cultura vem se modificando, bem como a relação entre política e cultura, o que define mudanças nos modelos adotados, de uma perspectiva mais elitista (de alta cultura) e fortemente centralizador, para um modelo que reconhece a diversidade de expressões existentes, com uma noção mais ampla de cultura.



26 a 29 de maio de 2015

internacionais para o apoio aos povos indígenas. Até então não havia uma sistematização de políticas culturais destinadas aos povos indígenas.

Este quadro foi mudando aos poucos a partir dos anos 2000, porque, mesmo que os conflitos em terras indígenas ainda persistissem, com o avanço da regularização de algumas terras indígenas, abriu-se um caminho no campo das políticas de “etnodesenvolvimento”, um desenvolvimento etnicamente diferenciado, viabilizado por meio da ocupação física, social e cultural das terras indígenas.⁶ O reconhecimento do direito à diversidade cultural na Constituição estabelece uma ruptura, ao menos em tese, do paradigma integracionista do indígena à sociedade antes vigente. Observamos que se expande também a regulamentação nacional e internacional para o reconhecimento de direitos culturais diferenciados⁷. As expressões culturais, lingüísticas e artísticas dos povos indígenas são valorizadas e o conceito de cultura⁸ foi progressivamente ganhando espaço como uma diretriz de política pública, uma das chaves operativas para ações e intervenções de “desenvolvimento para populações indígenas”.

Se observarmos as duas instituições governamentais que vêm atuando neste campo das políticas culturais para populações indígenas, a Fundação Nacional do Índio - por meio do Museu do Índio e da extinta Coordenação de Artesanato - e o Ministério da Cultura, observamos que há somente algumas iniciativas pontuais e muito recentes.⁹ Vale notar que iniciativas para promover o artesanato indígena já vinham sendo feitas pelo SPI e pela Funai há muitos anos. Além disso, atividades de levantamento, identificação e catalogação de cultura material dos povos indígenas também foram sendo desenvolvidas desde a década de 50, com importantes publicações, principalmente de Berta Ribeiro¹⁰, referências que

⁶ Um exemplo desta tendência pode ser observado com a implementação do PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), no início da década de 2000, que tinha como proposta o fomento a projetos indígenas a partir de três eixos: economia, cultura e meio ambiente e deveriam ser executadas exatamente naquelas terras que tinham sido objeto de outro projeto que o antecedeu, o PPTAL, que tinha como objetivo prioritário a regularização de terras indígenas na Amazônia Legal.

⁷ O Brasil adota, em 2005, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, regulamentando, no plano interno, as disposições dos instrumentos internacionais relativos à diversidade cultural e ao exercício dos direitos culturais, em particular a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, publicada em 2001, pela UNESCO.

⁸ Terry Eagleton argumenta que estamos em um momento em que a noção de “cultura” está em crise. A definição de Clifford Geertz nos ajuda a pensar sobre “cultura” como “redes de significação em que a humanidade está suspensa”. Para ele, a cultura é um sistema de signos passíveis de interpretação, mas um contexto, algo dentro do qual os símbolos podem ser descritos de forma inteligível, com densidade.

⁹ Devemos lembrar que o próprio Ministério da Cultura foi criado somente em 1985, pelo Decreto 91.144, o que garantiu o reconhecimento da autonomia e da importância desta área, antes tratada junto com a educação. Em: <http://www.cultura.gov.br/historico>, consulta em 30/03/2015, às 19:59h.

¹⁰ Berta Ribeiro prestou consultorias e trabalhou no Museu do Índio, indo posteriormente para o Museu Nacional.



26 a 29 de maio de 2015

influenciaram as ações do órgão (RIBEIRO & RIBEIRO, 1957). No entanto, no que se refere às iniciativas destinadas à “preservação” do patrimônio cultural e artístico das populações indígenas, para além da cultura material, os órgãos citados passaram a empreender iniciativas somente na virada do ano 2000, sobretudo a partir de 2003. Foi a partir da gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva que se revelou um crescente direcionamento das ações de Estado para os grupos indígenas, na forma de programas, editais e prêmios.

Assim, até muito recentemente, as ações do Ministério da Cultura (MinC) não tratavam desse tema. Foi, mais precisamente na gestão do Ministro Gilberto Gil que uma política clara do MinC, direcionada aos povos indígenas se instituiu (RUBIM, 2008). Em sua gestão, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Culturas Indígenas em 2005, mesmo ano em que foi lançado o edital de Pontos de Cultura, o Prêmio Culturas Indígenas em 2006, o primeiro convênio para gestão específica de Pontos de Cultura Indígenas em 2008, e o Colegiado Setorial de Política Indígena, em 2010, formado para discussão do Plano Setorial de Culturas Indígenas, que faz parte do Plano Nacional de Cultura. Estas iniciativas estimularam novas expressões do movimento indígena em todo o país, com o surgimento de vários pontos e pontões de cultura e de memória, museus indígenas e outras manifestações culturais apoiadas, além de promoverem o maior dinamismo e visibilidade aos movimentos culturais indígenas em todo o país. Esta breve menção ao conjunto de iniciativas que foram sendo feitas a partir do ano 2000 nos mostra como a “cultura” tornou-se uma categoria importante tanto na retórica das instituições de Estado, com o reconhecimento e a valorização de um vasto patrimônio cultural nacional, bem como na disponibilidade orçamentária e na variedade de ações de governo para os povos indígenas, “grupos sociais culturalmente diferenciados”. Uma das importantes instituições neste processo foi o Museu do Índio.

O Museu do Índio

O Museu do Índio foi criado em 1953, a partir da Seção de Estudos (SE) do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão de assistência aos povos indígenas que antecedeu à Funai, criada em 1967. A SE (1942) tinha por objetivo promover expedições de pesquisas de campo nas terras indígenas para o levantamento de informações e para a documentação das culturas indígenas. Foram promovidas várias expedições de 1942 até 1950 e estas pesquisas contribuíram para a formação dos acervos de fotografias, de filmes, de gravações sonoras, de artefatos e objetos etnográficos, sendo a ideia original que estes acervos ficassem sob a guarda



26 a 29 de maio de 2015

e preservação de um museu, o qual viria a ser, posteriormente, o Museu do Índio. Neste período, portanto, foi reunida uma “equipe de registro fotocinematográfico”, como diz Darcy Ribeiro, que passou a constituir um centro de pesquisas etnológicas, formando uma coleção de doze filmes de curta metragem (35 mm), quinhentos discos com gravações sonoras e aproximadamente quatro mil peças e artefatos indígenas (RIBEIRO, 1951). Assim, desde então já estava prevista a criação de um museu no SPI.

O Museu tinha por atribuição a conservação deste acervo, sendo hoje amplamente reconhecido o seu trabalho de preservação e de gestão dos acervos sobre populações indígenas, tanto de objetos etnográficos, como documentais. Historicamente, cabia à Fundação Nacional do Índio, de acordo com suas prioridades políticas e orçamentárias, as iniciativas de “preservar, proteger e divulgar” as culturas indígenas, por meio do Museu do Índio, o que vai se manter até meados da década de 2000. Também mudanças foram feitas na atuação do Museu do Índio recentemente, com a ampliação e diversificação de sua área de atuação para além de preservar acervos, passando a ser a instância responsável pelo “eixo cultura” na estrutura da FUNAI, o que define um campo muito mais amplo para proposição e planejamento de políticas e de orçamentos na administração pública, definida no Plano Pluri-Anual (PPA).¹¹

Para os povos indígenas, as práticas e expressões culturais são elementos constitutivos de suas identidades e fazem parte de um conjunto inseparável das atividades cotidianas do grupo, presente tanto nas práticas rotineiras e diárias, bem como nos rituais e nas celebrações sagradas.

O tema da cultura ainda é pouco debatido dentro da Funai e a definição do que venha a ser cultura ou patrimônio cultural está em constante construção neste campo. O campo das políticas culturais para povos indígenas pressupõe o entendimento dos significados de “cultura, arte e patrimônio cultural” para os próprios povos indígenas e para os agentes que atuam com o tema. Este processo envolve conflitos e tensões não só internamente à Funai, mas também entre parceiros de outras instituições que atuam na área cultural e acadêmica. Na Funai, além do Museu do Índio, outros departamentos como as áreas de artesanato, de cidadania, de etnodesenvolvimento, educação ou gestão ambiental também interferem na dimensão cultural dos povos indígenas. Parceiros da Funai, como o Ministério da Cultura ou Ministério do Meio Ambiente também disputam conceitos e orçamentos associados à

¹¹ No PPA, o “eixo cultura” está assim definido: “Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade” (PPA 2012-2015).



26 a 29 de maio de 2015

dimensão cultural. É importante trazer esta questão à tona, buscando entender quais são os setores que contribuem tanto para sua formulação como para sua operacionalização. Uma forma de observar isto seria voltando-se para o contexto das políticas culturais em vigor no Museu do Índio e em parceria com o Ministério da Cultura.

Algumas parcerias com o Ministério da Cultura

Os Pontos de Cultura

A proposta dos Pontos de Cultura tem por objetivo descentralizar e dar autonomia para os grupos sociais e de artistas desenvolverem seus próprios projetos culturais, sem interferência direta do Estado. A visão, nas palavras do ex-Ministro, era de que esta política seria uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país¹².

No que se refere aos Pontos de Cultura Indígenas existentes, hoje mais de cem, eles tiveram algumas origens distintas: em 2005, por meio da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), foi aberto o primeiro edital para inscrição de Pontos de Cultura, seguido de novo edital em 2007, sob execução de municípios e estados. Nestas duas iniciativas, foram aprovados 23 pontos indígenas. Somente em 2008, foi assinado um programa destinado especificamente para o apoio a Pontos de Cultura Indígenas, que envolveu Ministério da Cultura, Funai e uma organização da sociedade civil, a Associação de Cultura e Meio Ambiente (ACMA), em um Termo de Parceria para viabilizar sua execução. A ACMA se juntou a Rede Povos da Floresta para implantar 30 pontos de cultura nas terras indígenas da Amazônia, precisamente nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. O acompanhamento deste convênio envolvia a Funai por meio da extinta Coordenação Geral de Artesanato (CGART) e a Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) do Ministério da Cultura. A partir de final de 2009, o Museu do Índio passa a fazer o acompanhamento da execução destes pontos, que foram implantados, apesar de problemas em sua execução. Em 2011, foi lançado um novo edital em que foram apoiados 54 novos pontos de cultura indígenas ainda em implantação por meio de convênios entre MinC e organizações da sociedade civil (Oscips).

¹² Em seu discurso de posse, o ex-Ministro Gilberto Gil disse: “O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. (...)Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>



26 a 29 de maio de 2015

Os pontos de cultura indígenas receberam um kit de equipamentos, envolvendo câmeras de fotografias, de filmar, computadores com programas de edição de filmes e acesso à Internet. Foram realizados cursos e treinamentos para o uso desses equipamentos, de forma a incentivar a produção cultural, especialmente audiovisual, nas aldeias, e promover a inclusão digital destes grupos, o que se entende como uma forma de divulgação e valorização das culturas indígenas. Podemos argumentar que a noção de cultura supera a ideia de cultura material, mas envolvendo acesso a tecnologias para diferentes modos de expressão, por meio da linguagem videográfica, cinematográfica e computacional.

O problema maior encontrado na execução dos pontos de cultura de maneira geral e mais especificamente nos indígenas foi garantir o cumprimento das normas da administração pública (lei 8.666) pelas organizações indígenas e indigenistas, principalmente no que se refere à prestação de contas, o que tem sido amplamente debatido.

Promoart

O Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural, mais conhecido como PROMOART, vem sendo desenvolvido pela Associação Cultural dos Amigos do Museu do Folclore Edson Carneiro (ACAMUFEC), em parceria com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN/MinC). Sua execução é realizada por meio de pólos de produção regionais, ou pólos estratégicos, e envolve as próprias organizações de artesãos, com o apoio de várias instituições públicas, como o BNDES.¹³ A proposta de inclusão dos pólos indígenas no conjunto dos projetos do Programa Promoart foi uma iniciativa da ACAMUFEC em 2009 para que o Museu do Índio assumisse a sua coordenação, com a colaboração de antropólogos e pesquisadores na execução direta nos pólos indígenas, visando dar maior impulso e apoio às atividades de produção e comercialização de bens de cultura material dos povos indígenas. O objetivo desta parceria seria atender aos interesses desses grupos e de superar obstáculos culturais e logísticos, cabendo ao Museu do Índio atuar como parceiro na intermediação das atividades, no acompanhamento da gestão dos projetos desenvolvidos pelos indígenas.

Os projetos foram desenvolvidos a partir de diferentes eixos de atuação, desde o apoio à produção, à comercialização, à distribuição e à divulgação. Foram escolhidos inicialmente seis pólos, que desenvolveram os seguintes projetos: Projeto de Tecelagem de Fibra da Embaúba, da etnia Maxakali (MG); Projeto Oficina de Papel Nhandé Kuaxia, da etnia

¹³ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ver em: <http://www.promoart.art.br/>.
Ver ainda: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=128



26 a 29 de maio de 2015

Guarani Mbya (RJ); Projeto de Cestaria Kuikuro, da etnia Kuikuro (MT); Projeto Cerâmica Asurini, da etnia Asurini (PA); Projeto de Artesanato Tradicional, da etnia Wajãpi (AP).

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas pelos proponentes em termos da documentação exigida, dos tipos de formulários, das planilhas detalhadas de orçamento e dos documentos jurídicos das proponentes, as associações indígenas, os projetos tiveram resultados bastante interessantes. Entre os resultados alcançados, observamos a participação dos indígenas em feiras e eventos para comercialização da produção de bens de cultura material, a realização de oficinas de repasse de saberes, principalmente associados à produção de cultura material, além de oficinas de capacitação, aquisição de materiais e equipamentos para produção de artefatos, publicação dos artefatos dos pólos indígenas em termos de catálogos e apoio a organização, montagem e divulgação de exposições etnográficas no Museu do Índio e em outros espaços expositivos. Foram incentivados ainda alguns produtos audiovisuais que mostram os processos em questão.

Políticas culturais para povos indígenas na Funai

A primeira vez que apareceu no orçamento da União uma ação específica para culturas indígenas foi em 1999, quando foi criada uma ação na Funai com o nome de “promoção e preservação do patrimônio cultural dos povos indígenas”. Antes disso, outras atividades eram desenvolvidas pela Funai, mas não pensadas ou classificadas como “patrimônio cultural dos povos indígenas”. O antigo Programa Artíndia, de apoio ao artesanato indígena que era ligado à extinta CGART, foi gerenciado por meio de um recurso que se originou da chamada “Renda do Patrimônio Indígena”, uma espécie de “fundo” acumulado a partir da obtenção de recursos pela Funai com atividades produtivas em terras indígenas. Fazia-se, por meio destes recursos, a compra de objetos de cultura material dos povos indígenas, definidos como “artesanato indígena”, que era comercializado diretamente com os indígenas nas aldeias, por técnicos da Funai, eventualmente acompanhados de antropólogos. Estes objetos, depois de adquiridos, eram distribuídos para exposição nas sete lojas da FUNAI, localizadas em várias capitais, para promoção da venda e divulgação da arte indígena nos centros urbanos.¹⁴

Esta ação de “promoção e preservação do patrimônio cultural dos povos indígenas” ficou sob a responsabilidade do Museu do Índio de 1999 até 2003, sendo então transferida para a Coordenação de Artesanato (CGART). Neste período, o Museu do Índio estabeleceu diálogo com o IPHAN, órgão responsável pela política de patrimônio imaterial,

¹⁴ As lojas ficavam em Belém/PA, Cuiabá/MT, Goiânia/GO, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Brasília/DF. A CGART e as lojas da Artíndia foram extintas com a reestruturação da Funai pelo Decreto 7056/09.



26 a 29 de maio de 2015

estando diretamente envolvido na proposição da candidatura da Arte gráfica Kusiwa do povo Wajãpi (AP) como patrimônio cultural do Brasil e ao prêmio da UNESCO das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, concedido em 2003. (JAENISCH, 2014)

Posteriormente, entre 2003 e 2009, foram feitas algumas atividades diretamente com os povos indígenas, por meio da CGART, como as instalações de 28 “Casas de Cultura” nas aldeias, o que fazia parte de um projeto para a edificação de um espaço onde os indígenas pudessem “promover a realização de atividades com vistas a preservar, conservar seu patrimônio cultural e suas manifestações materiais” (AMPARO, 2006). Em 2010, com a extinção da CGART, o programa foi interrompido.¹⁵

No final de 2009, com o Decreto no.7056, a ação retorna para o Museu do Índio, que assume as políticas culturais para povos indígenas, a partir de três ações: Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas; Pesquisa sobre Populações Indígenas e Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. A ação de Preservação Cultural orienta-se, primordialmente para a conservação dos acervos da instituição, para a editoração de publicações e para a realização de cursos. A ação de Pesquisa, mais recentemente instituída, concentra-se principalmente no Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, em vigor desde 2009, que contempla vários projetos de pesquisa em linguística e antropologia (aspectos culturais) com ênfase na capacitação de pesquisadores indígenas. Por fim, a ação de Promoção do Patrimônio Cultural, tem como foco as iniciativas de *fomento* a projetos culturais dos povos indígenas, por meio da execução das Coordenações Regionais da Funai em parceria com os povos indígenas. Com isso, o Museu do Índio passou a interferir de forma sistemática e direta nas terras indígenas, por meio de apoio técnico e repasse de recursos financeiros do Programa de Apoio a Projetos Culturais dos Povos Indígenas. Este é um campo de intervenções, que envolve várias instâncias de poder e várias formas de poder, desde o poder econômico, o poder de nomear e classificar e, por fim, o poder de selecionar projetos compreendidos dentro da categoria de patrimônio cultural dos povos indígenas.

A política de fomento a projetos culturais no Museu do Índio

No início de janeiro de 2010, com poucas informações concretas sobre como tratar da ação orçamentária de “promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas” e antes de qualquer reflexão a respeito do que seria feito com esse recurso, passamos a receber inúmeros pedidos encaminhados pela sede da Funai e pelas CRs para apoiar projetos, ditos “culturais”.

¹⁵ Por região, foram feitas: 10 no Nordeste; 05 no sul/sudeste; 09 no Norte (AM, AC, RO) e 04 no Centro Oeste (MT e MS).



26 a 29 de maio de 2015

Os pedidos resumiam-se basicamente à compra de alimentos e combustível para viabilizar, na maioria dos casos, as festividades do Dia do Índio nas aldeias indígenas. Outros pedidos semelhantes chegavam para a compra de uniformes para jogos de futebol, para aluguel de ônibus, para compra de miçangas e outros pedidos para todo tipo de festa. O fato é que outras mudanças também foram observadas na Funai, com a criação de novas CRs e a extinção de outras, o que gerou uma desarticulação e incertezas quanto à forma de atuação em campo. Coube ao Serviço de Estudos e Pesquisas, ligado a Coordenação de Divulgação Científica, a responsabilidade por desenvolver um programa que desse diretriz a estas demandas, considerando o universo complexo e indefinido de interação com as Coordenações Regionais (CR) da Funai.

A equipe responsável pela análise dos projetos é pequena, mas qualificada, e apresenta dinâmica de trabalho com planejamento, diálogo e boa comunicação interna. O trabalho tem abrangência nacional e visa atender, indiscriminadamente, a todos os povos indígenas no Brasil, o que exige experiência e conhecimento. No entanto, limites foram estabelecidos de forma a viabilizar um trabalho de ampla complexidade, não sem perdas ou prejuízos aos povos indígenas.

A decisão tomada inicialmente foi de criar um “edital” interno à Funai, visando atender às demandas de povos indígenas em todo o país, o que seria feito por meio da articulação com as trinta e seis unidades descentralizadas da Funai, as Coordenações Regionais (CRs). A publicação do edital evitaria a caracterização deste programa como um “balcão de demandas”, uma tendência muito forte da tradição assistencialista da Funai.

Assim, foram definidas, inicialmente, um conjunto de linhas de apoio, estabelecendo uma primeira interferência, no sentido de direcionar as demandas indígenas. As cinco linhas de apoio são: 1) produção de artefatos, 2) comercialização e-ou distribuição e-ou divulgação da produção cultural, 3) registro e documentação do patrimônio cultural dos povos indígenas, 4) oficinas de repasse de saber e 5) celebrações ou eventos. Esta estrutura e classificação refletem tanto a estrutura produtiva de cultura material dos povos indígenas (produção, comercialização, repasse de saberes e registro) como também visa contemplar as diversas demandas encaminhadas pelos povos indígenas.

A elaboração das cinco linhas de apoio ou diretrizes tinha por objetivo dar maior abrangência em termos de expressões e temas a serem atendidos, para além das políticas para cultura material, buscando “quebrar” as relações de favorecimento a alguns segmentos e grupos indígenas nas ações realizadas.



26 a 29 de maio de 2015

Uma segunda interferência fica clara na definição dos valores disponíveis aos projetos e das despesas autorizadas: o programa estabelece um valor igual e fixo de trinta mil reais para cada uma das trinta e seis Coordenações Regionais, independentemente de sua área de abrangência ou do tamanho da população indígena que atende. Não são apoiadas despesas com itens de investimento, sendo, portanto, o total dos recursos direcionados a elementos de despesas de custeio, o que acaba pesando sobre itens como combustíveis, alimentos e “aviamentos”, necessários para todo tipo de atividade indígena, cultural ou não.

No início de cada ano, o edital tem sido publicado e divulgado para as Coordenações Regionais no sítio do Museu do Índio e da Funai, como também por meio de mensagem no sistema interno da Funai. As propostas de projetos devem ser discutidas entre as comunidades indígenas e os técnicos das CRs e são encaminhadas por meio de formulários. Nestes, são solicitadas as informações sobre a situação do grupo e da terra indígena, objetivos e justificativas do projeto, produtos e resultados esperados, tudo isso acompanhado de uma planilha de orçamento, com os itens de despesa discriminados. A participação das comunidades indígenas na elaboração e desenvolvimento dos projetos é um dos princípios adotados, além da valorização do artista e do patrimônio cultural material e imaterial indígena, as práticas de comércio justo e o uso sustentável dos recursos naturais.

Uma vez recebidos no Museu do Índio, os projetos passam pela análise da equipe, que faz um parecer sobre sua pertinência e importância. Em casos que nota-se alguma inconsistência técnica, apesar de ser observada a importância do projeto, são feitas sugestões para os técnicos das CRs na sua elaboração. Uma outra forma de interferência se dá, portanto, na elaboração dos projetos e na “tradução” do que venham a ser as demandas dos povos indígenas, uma vez que os projetos não são encaminhados diretamente pelos mesmos.

Os projetos aprovados seguem para o setor administrativo do Museu do Índio para a descentralização dos recursos para as CRs, que assumem a responsabilidade da execução em campo e, ao terminarem as atividades, pela elaboração de um relatório de atividades, com registros do processo em andamento e apresentação de seus produtos: fotografias, filmes, discos, cartazes, livros ou outros. Embora previsto pela equipe, o acompanhamento em campo não tem sido realizado pelo Museu do Índio até o momento.

Tem sido muito interessante acompanhar a evolução dos projetos a cada ano e a melhoria na definição dos projetos, nas informações repassadas, nas relações de confiança e troca com os técnicos das CRs. Ao longo desses anos, foram inevitáveis os embates internos no que se refere à tentativa de mudar possíveis aspectos “coloniais” presentes nas práticas e



26 a 29 de maio de 2015

nas relações assistencialistas entre CRs e povos indígenas. Fomos acusados de “antropólogos de gabinete” por não acompanhar de perto “o que os índios precisam” e por não sofrermos, aqui no Rio de Janeiro, as pressões que sofre quem está em campo. A maior parte dos projetos ainda tem nas festas e celebrações sua atividade mais freqüente, sendo muitos os pedidos de apoio para o Dia do Índio, cerimônias do Kuarup, entre outras. Observamos, no entanto, algumas mudanças em determinadas regiões, com o interesse dos técnicos no acompanhamento de propostas inovadoras, na diversificação de projetos, com interesse crescente pelos indígenas nas oficinas de repasse de saber e na produção de filmes e livros, além da cultura material, o que tem sido estimulado pelo Museu do Índio.

Outras situações de dificuldades na relação com as CRs têm relação com a falta de recursos – equipamentos como telefone e computador, de pessoal, de automóveis ou barcos para o deslocamento, de gasolina e mesmo de diárias – para realizar os trabalhos nas áreas indígenas. Muitas vezes, os projetos podem ser vistos como a solução para todo tipo de problema que se enfrentam nas CRs, no dia-a-dia com as populações indígenas. Assim, algumas propostas poderiam atender ainda a despesas intermediárias e administrativas, e não diretamente aos povos indígenas.

Desde 2010, já foram apoiadas cerca de 280 iniciativas culturais envolvendo povos indígenas em todas as regiões do Brasil por meio deste Programa. Nossa experiência, acumulada ao longo destes últimos cinco anos, nos indica a importância da continuidade no que se refere às ações de fomento às atividades culturais dos povos indígenas, sendo a sua continuidade um fator que caracteriza uma política pública de Estado. Ao longo desses anos, fomos desenvolvendo um trabalho de apoio às atividades culturais com o objetivo de promover e divulgar as diversas formas de expressão cultural dos povos indígenas, suas manifestações culturais tradicionais e contemporâneas, visando reforçar seus modos de produção social e os fluxos de transmissão de saberes.

Alguns casos específicos são muito interessantes de observar. Com um grupo de mulheres Marubo, do Vale do Javari (AM), foram desenvolvidos três projetos, em anos consecutivos, em que obtivemos excelentes resultados. No primeiro ano, apoiamos a organização de um grupo de mulheres, visando aumentar sua produção de artesanato, principalmente de adornos corporais. No ano seguinte, a proposta foi de doação das peças produzidas para acervo Marubo no Museu do Índio, associado à qualificação do acervo já existente pelas indígenas, as artistas Marubo. Para isso, o grupo formado por 10 indígenas veio ao Museu do Índio fazer a qualificação de seu acervo, com o acompanhamento dos



26 a 29 de maio de 2015

técnicos em todas as fases do processo, o que lhes deu enorme prazer e satisfação ao perceberem o reconhecimento do valor de sua arte.¹⁶ No ano seguinte, foi apoiada a organização da festa Wakaya que há muitos anos não se realizava na região do Vale do Javari, reunindo comunidades de várias aldeias. Foi feito o registro em vídeo desta festa, para ser transmitida para novas gerações, que desconheciam os seus procedimentos rituais. Além disso, o envolvimento de uma estudante Marubo de antropologia nas atividades de todos estes projetos, durante os três anos, contribuiu também para a elaboração de seu trabalho final de curso e, portanto, para sua formação na graduação em antropologia social.

Outro caso interessante foi com um grupo de ceramistas Terena. Com o apoio de técnicos da Coordenação Regional de Campo Grande, foi feito um trabalho de inventário e levantamento das várias formas de expressão em cerâmica nas diferentes aldeias Terena, no estado de Mato Grosso do Sul, envolvendo artesãs e artistas. Foi feita também a qualificação do acervo de cerâmica Terena do Museu do Índio por um representante Terena, que veio ao Museu do Índio. O trabalho apresentado foi uma publicação, na forma de um catálogo, com excelente padrão gráfico, que vem sendo uma referência e estímulo para outros grupos no sentido de inventariar sua cultura material¹⁷. Muitos outros trabalhos poderiam ser mencionados, como a publicação sobre cultura material desenvolvida pelos Kayapós da aldeia Las Casas ou a Mostra de Cinema de Canarana e Oficina de Cinema Indígena, organizada por um cineasta indígena Kuikuro.¹⁸ E, apesar das dificuldades, seguimos apoiando novos projetos culturais, o que nos tem revelado muitas experiências interessantes a serem compartilhadas.

Considerações finais

Toda e qualquer ação de Estado junto aos povos indígenas representa uma intervenção, uma interferência na correlação de forças existente nas terras indígenas. Ao se dar um apoio a uma atividade, está-se dando apoio a um determinado grupo, a uma determinada coalizão, a um determinado clã. Este é um pressuposto de toda e qualquer ação de agentes de Estado, ter ciência e compreender que sua ação ou apoio a atividades representa

¹⁶ Esta atividade vem sendo realizada com grande interesse pelos indígenas, promovendo uma renovação e revitalização do acervo. Os indígenas vêm com emoção as fotos de parentes próximos ou de pessoas conhecidas de suas comunidades e os objetos guardados, alguns inexistentes hoje nas aldeias, nomeando e corrigindo algumas nomeações feitas anteriormente pelos antropólogos, ajustando informações das fichas catalográficas.

¹⁷ Uma das finalidades do catálogo é promover a divulgação e a venda destes objetos de cerâmica. Um ponto vulnerável na cadeia produtiva é o da comercialização de bens de cultura material pela distância dos centros urbanos e de aeroportos, o que encarece o frete e dificulta as condições de comercialização de seus bens.

¹⁸ Um aspecto importante a ser desenvolvido refere-se ao apoio a finalização de produtos culturais, como edição de filmes, registros sonoros, produção de discos e de livros, prejudicando a qualidade de produtos culturais para a divulgação das culturas indígenas no mercado nacional.



26 a 29 de maio de 2015

uma alteração na dinâmica interna do grupo, tanto em termos culturais e políticos como ambientais. Não há neutralidade nesta relação.

A crescente crítica, sugestão e reflexão que os próprios povos indígenas vêm desenvolvendo sobre a atuação dos órgãos de Estado em relação às políticas a eles direcionada foi um dos principais fatores que nos incentivou a contribuir para uma auto-análise das práticas institucionais de um museu, considerando-se que tem sua abrangência de atuação tem superado às tradicionais atividades de preservar, guardar e expor objetos etnográficos para atuar no campo das atividades de fomento e de pesquisa em escala nacional.

Pergunto-me se o que fazemos no Programa de Apoio a Projetos Culturais seria o trabalho de um museu. Não temos a resposta a essa pergunta, mas algumas questões levantadas por Oliveira¹⁹ apontam para o desafio que temos de recontextualizar as coleções e os museus etnográficos, buscando identificar, a partir das mudanças no movimento indígena, os novos papéis que os museus etnográficos têm a desempenhar na contemporaneidade. Para ele, os museus são instrumentos poderosos para reforçar demarcações identitárias, recusando o preconceito e a invisibilidade com que tais coletividades são tratadas em outros contextos. Oliveira sugere ainda que se resgate a polifonia, buscando dar voz e não apenas valor estético aos membros das coletividades.

Compreendo, entretanto, que o trabalho de apoio aos projetos culturais que vem sendo desenvolvido no Museu do Índio apresenta um campo muito interessante para reflexão e aqui vou finalizar com duas perspectivas que eles nos apresentam: nos permitem trabalhar com as expressões culturais indígenas a partir da dimensão do *tempo e da polifonia*. Quanto à dimensão do *tempo*, referimo-nos à atualização dos processos culturais e das relações sociais a eles vinculadas. A partir de produções contemporâneas de objetos de cultura material, temos a continuidade, em novas formas, de processos que deram origem aos objetos presentes no acervo, o que garante a atualização dos acervos existentes e, portanto, dos processos sociais e culturais envolvidos. Em outro sentido, com a qualificação dos acervos pelos indígenas de acordo com as definições nativas, este trabalho dá espaço à *polifonia*, às expressões das múltiplas vozes das diferentes sociedades indígenas e dos diferentes grupos dentro de cada uma delas, com oportunidades para novas dinâmicas culturais. Tem sido crescente a participação dos mais jovens e das mulheres nos projetos culturais, abrindo-se um espaço de

¹⁹ Oliveira, J.P. de. O Retrato de um menino Bororo: Narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI em: *Tempo*, vol.12 no. 23 jul-dez, 2007, p.85-111, Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 2007.



26 a 29 de maio de 2015

criatividade e mudança, redefinindo as relações sociais dentro dos grupos, a partir das referências culturais e identitárias próprias. São as transformações em processo, que a nós cabe acompanhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPARO, Sandoval S. **Relatório de Viagem ao Núcleo de Apoio Local Monte Pascoal, Estado da Bahia e aldeias vinculadas.**, Brasília, FUNAI/CGART, 2006.

BARBALHO, A. et al. (org.) **Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**, Salvador: EDUFBA, 2011.

BARBOSA, Frederico e Calabre, Lia (orgs.) **Pontos de Cultura: Olhares sobre o Programa Cultura Viva**, Brasília: IPEA, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático. In: BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11ª. Edição, Campinas/SP: Papirus, 2011, p. 91-124.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. In: Barbalho, A. et al. (org.) **Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**, Salvador: EDUFBA, 2011, p.71-84.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade. Curso do Collège de France (1975-1976)**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

JAENISCH, Damiana B. **Ações e Políticas Culturais e Patrimoniais voltadas aos povos indígenas no Brasil**, Seminário Internacional de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio C.S. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: Lima. A.C.S. (org) **Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p.11-22.

OLIVEIRA, João P. O Retrato de um menino Bororo: Narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. In: **Tempo**, vol.12 no. 23, Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 2007, p.85-111.

RIBEIRO, Darcy. Atividades Científicas da Seção de Estudos do SPI. In: **Separata da Revista de Sociologia**, vol. XIII n. 4, São Paulo, 1951.

RIBEIRO, Darcy; RIBEIRO, Berta G. **Arte plumária dos índios Kaapor**. Pranchas de Georgette Dumas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

RIBEIRO, Berta G. **Suma Etnológica Brasileira**. Coordenação, Berta G. Ribeiro [et al.].Petrópolis, RJ: Vozes;FINEP, 1986.

VI Seminário Internacional de Políticas Culturais

Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil



26 a 29 de maio de 2015

RUBIM, Antonio A.C. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: Rubim, A.A.C. e Bayardo, R. (orgs.) **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 51-74.

RUBIM, Antonio A. C. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e ROCHA, R. (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012, p.13-28.

SÁ, Sheila M.G. **Informações técnicas sobre Casas de Cultura, 2010**. Relatório Técnico Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010 (não publicado).

SANTOS, Josciane, PEIXOTO, Luiza, MACHADO, Renata & BRAZ, Simone As políticas públicas para a diversidade cultural brasileira. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010, 308 p. (Coleção Cult).

SHORE, C. & WRIGHT, S. **Anthropology of policy: Critical Perspectives on Governance and power**. London and New York: Routledge, 1997.

VALENTE, Renata C. **A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-Papers, Laced, UFRJ, 2010.

WEBER, M. Burocracia, In: **Ensaio de Sociologia**. Cap. VIII. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, p. 229-282.